

Cátedra Kaapora: conhecimentos e conhecedores não-hegemônicos na Universidade Federal de São Paulo

Ilana Seltzer Goldstein¹

Kaapora Chair: non-hegemonic knowledge and knowers at the Federal University of São Paulo

Da universidade eurocêntrica às cotas epistêmicas

O presente artigo compartilha experiências e reflexões que vêm sendo desenvolvidas pela Cátedra Kaapora de Conhecimentos Tradicionais e não Hegemônicos, na Universidade Federal de São Paulo². Criada em 2016 e transformada em órgão complementar da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura em 2021, a Cátedra Kaapora tem fomentado diálogos entre saberes acadêmicos e não-acadêmicos e potencializado processos de aprendizagem a partir da diferença. Antes de apresentá-la, porém, esboço a seguir um rápido pano de fundo histórico e conceitual, sobre o qual nossa atuação ganha contornos mais nítidos.

A fundação de universidades no Brasil foi tardia, em relação aos demais países latino-americanos. No final do século XIX, havia aqui apenas seis instituições de ensino superior, nas áreas de direito, medicina e engenharia. A Universidade de São Paulo e a Universidade do Rio de Janeiro abriram suas portas em 1934 e 1935, respectivamente. Nos anos 1960, várias universidades públicas e gratuitas foram inauguradas (NEVES e MARTINS, 2016). Desde a década de 1980, o setor privado vem também crescendo, oferecendo faculdades isoladas, com exames de admissão mais fáceis e que abrigam apenas o ensino – sem pesquisa nem extensão. Paralelamente, nos últimos 25 anos, observa-se a expansão e a interiorização da rede de universidades federais. Primeiro foi ampliado o número de vagas e de cursos e, em seguida, criaram-se novas universidades federais (CASQUEIRO, IRFFI e SILVA, 2020, s.p.).

Foi nesse momento que eclodiram os debates sobre a necessidade de políticas de inclusão no ensino superior. Acabara de ser aprovada, por unanimidade, a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* da Unesco, em 2001, logo após os atentados de 11 de setembro. A ideia de diversidade tornou-se “uma resposta, uma procura deliberada, e não apenas uma constatação

¹ Ilana Seltzer Goldstein é Mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo; Mestre em Mediação Cultural pela Université Paris 3; e doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas, com estágio de pesquisa na Australian National University. É professora do Departamento de História da Arte e membro do Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Universidade Federal de São Paulo, onde co-coordena a Cátedra Kaapora., <https://orcid.org/0000-0002-1256-0799> ilana.goldstein@unifesp.br

² Embora este texto tenha sido escrito por uma única pessoa, as ações e reflexões são fruto de trabalho coletivo e contínuo de muitos envolvidos, a começar por Florianita Braga Campos, que idealizou a Kaapora, e Valéria Macedo, com quem tenho dividido a coordenação interna da Cátedra; Alberto Ikeda e Paulo Dias, que são os coordenadores externos; Débora Galvani, Yanet Aguilera, Rodrigo Ribeiro, Sofia Mendonça e Maria Cristina Troncarelli; os bolsistas que apoiaram nossas atividades ao longo dos anos; e os membros do Conselho, entre os quais Makota Kidoiale, fundadora do Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango, que participou da apresentação na ULHT que gerou o convite para esta publicação.

(...). Um projeto, e não apenas um inventário” (BARROS, 2008, p.19). Dois anos depois, seria divulgada a *Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, propondo a valorização dos saberes e formas de expressão tradicionais e o envolvimento ativo de seus detentores nos processos (ABREU, 2014, s.p.). Tais princípios reverberaram nas políticas culturais e educacionais brasileiras.

Nos dois primeiros governos de Luís Inácio Lula da Silva, por exemplo, foram lançados editais para produções culturais indígenas, afro-brasileiras, ciganas, entre outros segmentos até então ignorados. O Programa Cultura Viva, baseado em uma teia nacional de Pontos de Cultura, descentralizou o apoio à produção cultural e fortaleceu iniciativas pré-existentes nas comunidades. Entrou em cena um “conjunto mais amplo de demandas, formas de luta e pertença simbólica que veiculam pretensões de reconhecimento étnico, cultural, sexual, afetivo e de potencialidades criativas, inscritas em redes locais (...)” (VENTURA, 2005, p.79).

Nesse cenário, uma parte das instituições de ensino superior assumiu papel central, seja ao desenvolver programas de extensão³ que conectam as universidades às comunidades, seja ao implementar ações afirmativas e políticas de permanência para estudantes. A Lei 12.711, relativa a cotas raciais, foi sancionada em 2012. Em seguida, começou-se a discutir as chamadas cotas epistêmicas, que são mecanismos para contrabalançar a matriz eurocêntrica, excludente e estruturalmente racista da maioria das formações, inserindo bases epistêmicas indígenas e de matriz afro dentro das universidades.

Ao longo de todo o século XX, as universidades brasileiras se mantiveram estruturadas sob o paradigma eurocêntrico e monoepistêmico de conhecimento, articulado com a exclusão de classe, raça e etnia entre professores e estudantes. Esse padrão somente foi alterado no início do século XXI, quando foram implementadas as políticas de cotas raciais destinadas a confrontar a segregação étnica e racial crônica e comum a todas elas. Menos de uma década após a entrada de estudantes cotistas negros, indígenas e das classes populares em todos os cursos, desencadeamos um processo complementar, que denominamos de inclusão epistêmica (CARVALHO e VIANNA, 2021, p. 25).

José Jorge de Carvalho, um dos pioneiros nessa arena, tem defendido a reformulação da Academia, por meio da presença de mestres tradicionais dentro das universidades. Esse é “um dos procedimentos (...) capazes de descolonizar o imaginário racista crônico do nosso ensino (...), de modo a unir as nossas grandes tradições orais com todas as tradições letradas” (CARVALHO, 2022, s.p.). Com esse objetivo, Carvalho organizou o primeiro Encontro de Saberes na Universidade de Brasília, em 2010, dentro do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa - INCTI. A grande inovação foi oferecer disciplinas ministradas conjuntamente por um professor da casa e um mestre ou mestra indígena, de terreiro, quilombo, grupo agroextrativista ou outras comunidades tradicionais.

Vale ressaltar que um(a) mestre(a) costuma ser alguém “que se aperfeiçoa no saber tradicional, aproximando-se da figura do cientista, do tecnólogo, do artesão, do artista, enfim, do praticante de habilidades que são coletivas, porém que ele domina de um modo integral ou completo” (CARVALHO, 2020, p. 35). Normalmente, trata-se de uma liderança com senioridade, que ensina e pesquisa em sua própria comunidade de modo transdisciplinar, recuperando “saberes de todas as áreas – técnicas antigas, cantos, danças, histórias, narrativas míticas, entre

³ A palavra extensão vem do verbo estender, já que a Lei 5.540, de 1968, estabeleceu que as universidades brasileiras devem estender suas ações para a sociedade, ofertando cursos, serviços e compartilhando resultados de pesquisas para além de seus muros. Embora haja quem confunda extensão com assistencialismo ou transmissão unilateral de conhecimento, o desafio da extensão universitária, hoje, é desenvolver práticas dialógicas e horizontais. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras – FORPROEX, criado em 1987, considera a extensão como “uma relação transformadora entre Universidade e Sociedade, uma via de mão-dupla” (GADOTTI, 2017, p. 2). E o atual Plano Nacional de Educação propõe a curricularização da extensão, de modo a cobrir 10% da grade curricular.

outras” (id. *ibid.*, p. 35). A proposta de se comunicar com os estudantes veio dos próprios mestres tradicionais, em seminários e fóruns de discussão de políticas públicas. Os Encontros de Saberes, que já foram postos em prática em mais de quinze universidades federais, foram uma grande inspiração para a Cátedra Kaapora. Aprendemos com eles que o diálogo entre visões de mundo – e entre mundos distintos – amplia enormemente nosso leque de escolhas e nosso horizonte de possibilidades.

Alguns princípios: poli-cultura, protagonismo da coletividade e confluências afropindorâmicas

Permito-me uma licença poética que semeará o terreno para, em seguida, tratar de alguns pilares conceituais e metodológicos da Catedra Kaapora. Na 35ª Bienal Internacional de São Paulo, em 2023, as artistas marroquinas Nadir Bouhmouch e Soumaya Ait Ahmed construíram a cenografia de uma praça central de uma aldeia Amazigh, do norte da África. O chão era forrado de tapetes e havia bancos onde se podiam ler livretos parecidos com folhetos de cordel sobre as tecnologias ambientais dos Amazigh. Na parede próxima à praça, inscrições e desenhos em vinil compunham uma espécie de teoria da poli-cultura. Como se vê na próxima figura, uma das equações equiparava uma fazenda industrial à “arte universal”, ambas apoiadas em procedimentos padronizadores, em que corpos e espécies dissonantes não se encaixam. Outro diagrama aproximava a policultura, cultivo agrícola simultâneo de várias espécies, da poli-cultura, cultivo de pensamentos heterogêneos e diversos.

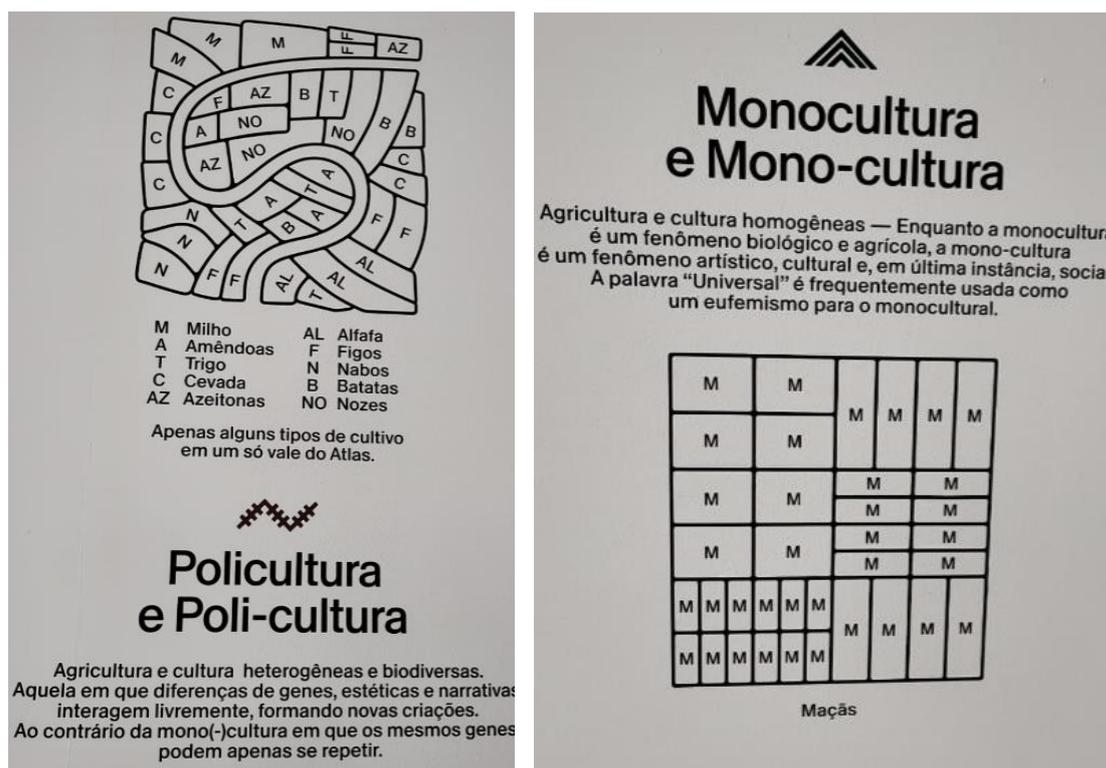


Figura 1. Detalhes de “Sobre alimento e arte a partir de baixo, repetição não oral #1”, 2023. Trabalho de Nadir Bouhmouch e Soumaya Ait Ahmed, comissionado pela 35ª Bienal Internacional de São Paulo. Fotos de Ilana Goldstein.

Tanto na policultura, como na poli-cultura, seres e estéticas diferentes interagem, contrapondo-se à monocultura biológica e à mono-cultura artístico-intelectual, em que os mesmos elementos se repetem. As provocações da dupla de artistas estão diretamente relacionadas às motivações que nos levaram a criar a Cátedra Kaapora. A aproximação entre

cultura e agricultura, entre arte e ecologia traduzem a não-compartimentalização de saberes que procuramos.

A não-segmentação das áreas do conhecimento e a interconexão entre natureza e cultura atravessam as programações e os debates da Cátedra Kaapora. Entretanto, uma diferença, em relação à proposição da dupla de artistas marroquinas na Bienal de São Paulo, é que, no caso da Cátedra Kaapora, existe a preocupação adicional de que “os saberes das populações tradicionais ou periféricas cheguem à universidade por meio dos próprios conhecedores e não, em textos científicos ou abordagens analíticas da tradição Ocidental (GALVANI e MACEDO, 2022, S.P., tradução minha). Assim, há 8 anos temos convidado artistas, ativistas e xamãs indígenas, pais e mães de santo, membros de grupos de Jongo e Catira, *rappers* e produtores culturais das periferias urbanas, entre outros, para trocas intelectuais, estéticas e afetivas, que podem ocorrer dentro, como fora da grade curricular, aspecto em que diferimos do Encontro de Saberes.

A logomarca da Kaapora, desenhada por um estudante e selecionada por meio de uma chamada pública, traduz visualmente nossa missão. Como se observa na próxima figura, o traço livre traduz uma fatura artesanal, livre e espontânea; já o olho destacado em azul, em uma posição diferente do que se esperaria, evoca o deslocamento de perspectiva, olhar por novos ângulos; a figura central lembra um tronco de árvore rizomático, uma estrutura ao mesmo tempo sólida e em permanente ramificação; o sol é representado com duas cores e de dois jeitos diferentes, possível referência às muitas visões de mundo e aos muitos mundos que podem enriquecer a experiência universitária; por fim, a tipografia escolhida vem da pixação, rompendo com a dicotomia estanque entre rural e urbano ou tradicional e contemporâneo e sugerindo que nos interessam os movimentos contra hegemônicos de todos os tipos.

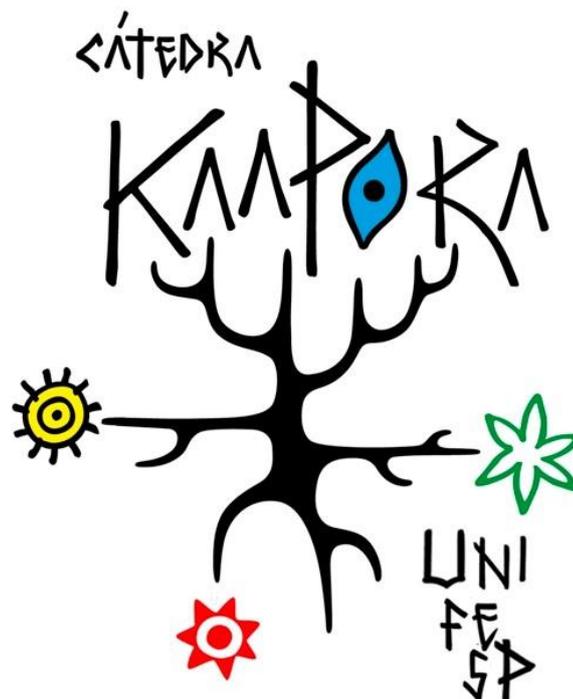


Figura 2. Logomarca da Cátedra Kaapora de Conhecimentos Tradicionais e não-hegemônicos, selecionada em abril de 2018. Autor: Thiago Soares Ribeiro.

O nome da Cátedra também é revelador. De acordo com Câmara Cascudo (2000), *kaa* significa mato e *porá*, morador, em línguas do tronco tupi. Esse habitante da floresta é quem protege os animais da floresta e favorece sua reprodução. Seus pés virados para trás deixam pegadas que confundem os caçadores. Kaapora pode ser cruel e assustador com aqueles que destroem a floresta. Há relatos de sua aparição por todo o Brasil, Paraguai e Argentina, provavelmente devido aos deslocamentos do povo guarani (ESCÓRCIO, 2021). Muitas vezes é

equiparado ao Curupira e, “entre os Pataxó Hãhãhãe, habitantes do sul da Bahia (...) é mais comumente chamado de Mãe da Mata, Pai da Mata e Vovozinha” (ESCÓRCIO, 2021, p.38). Tampouco possui uma aparência fixa, podendo assumir múltiplas formas. Em algumas versões, tem a pele escura. Aparece ora como homem, ora como mulher, pode ser careca ou peludo, alto ou baixo (CASCUDO, 2000). “Ele – ou ela, já que seu *status* de gênero é ambíguo – só pode ser encontrado em situações especiais (...) de medo, de susto, e de respeito. (...) Não se trata de conflitos culturais, e sim, de guerras ontológicas. (...) Confrontos entre mundos possíveis (ALMEIDA, 2012, p. 36). Em outras palavras, Kaapora põe em xeque algumas certezas e, ao mesmo tempo, convida a novas maneiras de pensar.

Quando optamos por batizar a Cátedra com o nome de uma entidade metamórfica, quisemos enfatizar sua dimensão criativa e disruptiva. Ao escolhermos trabalhar simultaneamente com universos indígenas e de matriz afro, levamos a sério a proposição de que existem confluências entre os povos afropindorâmicos⁴. “Qual a diferença entre o ataque dos colonizadores ao Quilombo dos Palmares, no século XVI, e os atuais ataques praticados pelo grande capital contra as comunidades atingidas pelos megaprojetos como a Usina de Belo Monte?”, indaga Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo), do Quilombo Saco-Curtume (SANTOS, 2015, p. 21). Joelson Ferreira, liderança no assentamento Terra Vista, do Movimento dos Trabalhadores sem Terra, também aponta convergências nas lutas anticoloniais. No Quilombo dos Palmares, destruído pelos portugueses em 1694, o autor descreve que “juntavam-se aos pretos fugidos da colonização, indígenas com quem compartilhavam saberes e teciam alianças” (FERREIRA e FELÍCIO, 2021, p. 131). Na Revolta da Cabanagem (1835-1840), no Pará, conta que os Mura, Sateré-Mawé e Munduruku apoiaram os pretos contra os latifundiários; na Balaida (1831-1841), no Maranhão, o povo Tabajara se juntou ao líder quilombola Preto Cosme; já a comunidade de Canudos (1893 – 1897) é chamada por ele de “oásis preto e indígena no sertão baiano” (p. 134).

Para além dessas experiências históricas compartilhadas, Joelson Ferreira destaca a valorização da oralidade, a conexão com a terra e o respeito à ancestralidade como elementos comuns que convidam ao fortalecimento de uma “teia de povos”, uma “aliança preta, indígena e popular” (p. 136). Nego Bispo, por sua vez, sustenta que existe uma cosmovisão afropindorâmica, que se opõe à cosmovisão monoteísta eurocristã. Explica com uma metáfora esportiva. No futebol, de origem inglesa, há sempre 22 jogadores, do mesmo sexo e mesma faixa etária, uma única pessoa os julga e muitos assistem sem participar; na capoeira, ao contrário, não há limite de participantes, nem juízes, podem jogar mulheres, homens, velhos e jovens e é fácil ser admitido na roda (SANTOS, 2015). Tal cosmovisão integradora, presente nos grupos tradicionais e não colonizados, seria marcada também por um modo orgânico e respeitoso de se relacionar com os recursos naturais, chamado por Bispo de “biointeração” (SANTOS, 2013, p.84).

Ailton Krenak parece convergir com os dois autores, ao enfatizar a dimensão coletiva do viver indígena: “não conheço nenhum sujeito de nenhum povo nosso que saiu sozinho pelo mundo. Andamos em constelação” (Krenak, 2020, p. 39). E também ao valorizar o contato com a terra e o envolvimento de nossos corpos nos fazeres cotidianos: “seria muito melhor a gente cuidar na nossa sementinha, ver ela brotar, acompanhá-la, para então comer. Os agentes da micropolítica são pessoas plantando hortas no quintal de casa”. (...) Temos que parar de nos desenvolver e nos envolver (KRENAK, 2020, p. 21).

Aprendendo com mestres como Nego Bispo, Joelson Ferreira e Ailton Krenak, observando os debates em torno das cotas epistêmicas e levando a sério a importância da extensão universitária, a Cátedra Kaapora vem propondo atividades com diferentes formatos e durações. Algumas delas serão apresentadas a seguir, assim como a estrutura e o modo de funcionamento da Cátedra.

⁴Pindorama (Terra das Palmeiras) é uma expressão tupi-guarani para designar todas as regiões e territórios da hoje chamada América do Sul. Utilizarei alternativamente colonização afro-pindorâmica para denominar a colonização nas Américas, enquanto um exercício de descolonização da linguagem e do pensamento” (SANTOS, 2015, p. 20).

Formas de atuação da Cátedra Kaapora

O termo cátedra pode soar paradoxal, se lembramos o que representava nos primórdios do ensino superior brasileiro. O modelo das cátedras nos chegou da França, “a partir de 1808, quando D. João VI determinou a criação das cadeiras de Anatomia - no Rio de Janeiro - e de Cirurgia - no Rio e na Bahia. Tais cadeiras podem ser consideradas o embrião das faculdades de Medicina criadas posteriormente” (FÁVERO, 2000, p.1). Os catedráticos controlaram, de modo hierárquico e centralizador, o trabalho de professores associados e assistentes até 1968, quando a Reforma do Ensino Superior acabou com as cátedras, substituindo-as por departamentos. Portanto, aquilo que hoje chamamos de cátedra é algo muito distinto, não mais associado a nenhum departamento ou a um docente fixo.

Há várias cátedras desse novo tipo, no Brasil, a maioria delas com trajetória relativamente recente. Dentro da Unifesp, por exemplo, a Cátedra Edward Said, integrada por vários pesquisadores, leva o nome do intelectual palestino cujo pensamento se propõe a divulgar, ao passo que a Cátedra Sustentabilidade reúne professores voltados a debates socioambientais. Ambas se vinculam à Pro-Reitoria de Extensão e Cultura. Já a Cátedra Olavo Setúbal, abrigada pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), escolhe cada ano um catedrático diferente. Em 2022, foi o antropólogo Nestor Canclini, e em 2023 foi a vez da escritora e pesquisadora Conceição Evaristo. Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por sua vez, as cátedras recebem pesquisadores de ponta por períodos de até 60 dias, sendo batizadas com os nomes dos respectivos mantenedores, como Cátedra Santander e Cátedra Fundação Ford. Existem também cátedras apoiadas pela Unesco, com o objetivo de promover a solidariedade, a interdisciplinaridade e a inovação, como a Cátedra Unesco de Educação à Distância, da Universidade de Brasília, e a Cátedra Unesco de Profissionalização Docente, da Fundação Carlos Chagas. Cada cátedra possui uma missão específica e uma forma própria de funcionamento.

Segundo a Portaria de Criação da Cátedra Kaapora (UNIFESP, 2016), ratificada e complementada pelo Regimento aprovado pelo Conselho Universitário em 2021, a Cátedra possui uma Coordenação Colegiada composta por cinco membros, três do quadro permanente da Unifesp e dois de instituições parceiras. Essa Coordenação Colegiada é assessorada por um Conselho Consultivo, integrado por representantes de terreiros, quilombos, dos povos Pankararu e Guarani, de coletivos artísticos periféricos, do Serviço Social do Comércio de São Paulo (Sesc/SP) e do Instituto Socioambiental, entre outros. Dependendo do orçamento da universidade, contamos anualmente com bolsistas de extensão, estudantes da graduação que nos apoiam nos projetos.

Às vezes, as questões orçamentárias e administrativa são desafiadoras, pois as universidades são atravessadas por normas rígidas da administração pública. Alguns de nossos convidados não possuem inscrição na Previdência Social, comprovante de residência ou conta bancária em seu nome, por exemplo, o que costuma ser exigido para contratações. Buscamos soluções caso a caso, como contratar a associação a que pertence. Além disso, o orçamento destinado à Kaapora pela Pró-Reitoria varia de um ano a outro, pois depende do orçamento da Unifesp e dos gestores do momento. Ainda assim, consideramos fundamental remunerar os mestres convidados, o que temos conseguido na maioria das vezes.

Comentarei, por fim, algumas de nossas realizações, para que os princípios e referências anteriormente apresentados ganhem concretude. Pelo fato de que outras universidades brasileiras realizam Encontros de Saberes⁵, quando as aulas dos mestres são inseridas dentro das disciplinas da graduação, priorizarei, aqui, outros tipos de ações.

⁵ Além das universidades já citadas, a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal do Recôncavo Baiano

Nosso primeiro projeto foi o curso de extensão “O visível e o invisível na vida guarani”, ministrado por mestres dos povos Guarani Mbyá e Guarani Kaiowá, de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul⁶. Foram cinco encontros no *campus* Guarulhos, em que os mestres tiveram liberdade em relação a quê e como trabalhar. O foco do curso não estava apenas na aprendizagem de novos conteúdos, mas sobretudo em outras maneiras de aprender. Alguns encontros nos fizeram dançar e cantar, outros propuseram a produção de escultura em madeira, colares e pulseiras ou apresentaram técnicas agrícolas tradicionais que estão sendo recuperadas, bem como espécies de milho nativas com cores incríveis, como rosa, preto e laranja.



Figura 3. Aprendendo a trabalhar com madeira e sementes, no curso “O visível e o invisível do mundo guarani”, 2016. Foto de Ilana Goldstein.

Num dos encontros, quando o tema principal era educação e transmissão de conhecimentos, os convidados falaram sobre o quanto a escola dos brancos pode ser opressora para uma criança indígena, obrigando-as a sentar quieta entre quatro paredes e absorver informações para as quais ainda não têm curiosidade. Comentavam que as crianças, muitas vezes, aprendem melhor experimentando, imitando os pais e errando. O interessante é que os mestres haviam levado seus filhos, que, durante a fala, brincavam na sala de aula e corriam pelos corredores da universidade. Mas, quando se aproximavam do equipamento de filmagem ou faziam barulho a ponto de impedir a escuta, eram breves e afetivamente interpelados em guarani, numa incrível sintonia entre discurso e experiência.

Em 2007, idealizamos, em parceria com a Associação Cachuêra!, outro curso de extensão: “Ritmos afro-brasileiros no Sudeste: Jongo, Batuque e Reinado/Congado”, agora em três *campi*: Itaquera, Baixada Santista e Guarulhos. A ideia era dar destaque a narrativas e práticas culturais normalmente ausentes das propostas curriculares oficiais das escolas brasileiras. O curso teve como referência materiais paradidáticos sobre o jongo, o reinado e o batuque de umbigada, elaborados em parceria com as comunidades praticantes. Os livros foram doados às escolas cujos professores participaram do curso. No dia da roda de jongo, os alunos experimentavam os ritmos em seus próprios corpos e o pátio se transformava em uma verdadeira festa.

(UFRB), dentre outras, vêm propondo Encontros de Saberes dentro da graduação. Na Unifesp, tivemos duas edições de Encontros de Saberes, uma no campus da Baixada Santista, com foco em saúde, outra com foco em educação e artes, no campus Guarulhos.

⁶ Os mestres guarani que ministraram aulas foram: Carlos Papa, Cristine Takuá, Alberto Álvares Tupã Ra’y, Elias Honório Vera Mirĩ, Giselda Jera Poty Mirĩ, Sergio Karai Tataendy e Alexandre Wera.

Também em 2018, organizamos o evento “Encantados Pankararu: da Missão de Pesquisas Folclóricas a São Paulo de hoje”. O que motivou a atividade foram os 80 anos da Missão de Pesquisas Folclóricas, promovida por Mário de Andrade, em 1938. Essa expedição etnográfica registrou saberes e fazeres tradicionais do Norte e Nordeste do Brasil, produziu vídeos – cujos excertos foram projetados no evento – e coletou objetos, como uma indumentária do encantado *praiá*, do povo Pankararu, de Pernambuco. Chamamos não apenas acadêmicos, mas também representantes da comunidade Pankararu de São Paulo, que reúne cerca de 180 famílias. Após as falas, o teatro vibrou ao som do canto e da dança dos encantados Pankararu.

Doze homens, mulheres e crianças deram uma amostra da força dos *praiás*. Alunos e professores de História da Arte, Letras e Ciências Sociais fizeram perguntas sobre temas como musealização de objetos indígenas, a vida em São Paulo e suas conexões com as aldeias, bem como a conjuntura adversa de ataque aos direitos dos povos indígenas.



Figura 4. Roda de jongo no curso “Ritmos afro-brasileiros no Sudeste”, 2017. Foto de Ilana Goldstein.



Figura 5. Mesa de debate sobre as pesquisas folclóricas de Mário de Andrade, em 2018, com o antropólogo Maurício Arrutti, o etnomusicólogo Alberto Ikeda, Clarice Pankararu e Pedro Pankararé. Foto de Ilana Goldstein.

Entre 2018 e 2019, fizemos parte de um grupo de trabalho com representantes das etnias Krenak, Kaingang, Tupi, Guarani-Mbya e Terena, atendendo a uma demanda do Fórum de Professores Indígenas do Estado de São Paulo - FAPISP. Ao longo de cinco módulos, debateu-se como deveria ser uma formação superior para professores de escolas indígenas, capaz de respeitar tanto os modos tradicionais de viver e pensar, como as particularidades das aldeias e, ao mesmo tempo, dialogar com a ciência moderna e as exigências do Ministério da Educação. O resultado foi a construção de uma matriz curricular muito rica, com períodos na comunidade e períodos na universidade. Após muita luta e com o apoio do Ministério Público, a Licenciatura Intercultural Indígena da Unifesp começará, no campus da Baixada Santista, em 2024, recebendo cerca de 40 professores por turma.

Várias ações geram desdobramentos futuros. Foi o caso do curso de extensão “Povos indígenas entre olhares”, com duração de 13 sábados, que teve três edições, em 2016, 2017 e 2018. Ministrado por docentes da Cátedra Kaapora, em parceria com outros docentes de dentro e de fora da Unifesp, oferecia um panorama ao mesmo tempo acessível e bem fundamentado sobre os povos indígenas no Brasil, da perspectiva da arqueologia, da história, da saúde, das artes, dos direitos, entre outras. As aulas do curso foram transformadas em capítulos de um livro publicado em 2022, numa co-edição entre Unifesp e Sesc São Paulo.

Nosso último evento antes da pandemia de Covid-19 foi “RapPlural”, apresentação com dois rappers indígenas, Mirindju Glowers e Jefersom Xondaro, integrantes do “Oz Guarani”; a rapper trans Lua Negra, representando o coletivo “AFREAKSEds”; e dois moradores da comunidade dos Pimentas, membros do coletivo ‘Kovill’. Na roda de conversa que se seguiu, cerca de 60 estudantes discutiram as convergências entre os artistas quanto a sua resistência por meio da música, da poesia oral e da performance.

Na pior fase da pandemia, em 2020, desenvolvemos nosso primeiro projeto online: “Adoecimento e conhecimento: atravessamentos”. Foram 8 rodas de conversa virtuais mediadas pelos membros da Kaapora, em que Mestres de coletividades indígenas, de matriz afro e das periferias urbanas apresentaram suas concepções de saúde, suas estratégias de resistência e os aprendizados possíveis a partir do sofrimento⁷. Dentre os convidados, estavam Zica e Anacleta Pires, lideranças na Comunidade de Santa Rosa dos Pretos, no Maranhão, e *Tata Nkisi Katuvanjesi, dirigente do Terreiro de Candomblé Inzo Tumbansi e coordenador do Instituto Latino Americano de Tradições Bantu – ILABANTU, com quem estamos começando uma nova parceria agora, em 2023.*

Um de nossos projetos teve várias fases e foi se modificando com o tempo. Começou com o nome “Artivismos coletivos”, em 2021, quando, ainda praticando distanciamento social, realizamos uma pesquisa à distância e uma série de lives com coletivos artistas – neologismo que se refere a produções artísticas vinculadas a causas sociais, raciais, de gênero, ambientais etc⁸. Com ajuda de três bolsistas de extensão, mapeamos a atuação de grupos culturais das periferias urbanas nas cidades de São Paulo, Santos e Guarulhos, onde a Unifesp possui campus. Descobrimos, entre outras coisas, que a pandemia fez com que a maioria dos grupos aprendesse a trabalhar com a linguagem audiovisual e que, apesar das dificuldades financeiras, aquela pausa serviu para refletirem sobre as próprias práticas, algo que a maioria nunca havia feito. No ano seguinte, o projeto mudou de nome para “Mapa das Artes” e passou a ser co-coordenado por dois professores do Departamento de História da Arte externos à Cátedra: Pedro Arantes e Vinícius Spricigo. Foi realizada uma nova pesquisa qualitativa junto a 13 grupos da cidade de Guarulhos, a partir da qual se descobriu a invisibilidade dos coletivos na cidade, o trânsito

⁷ Os vídeos desse ciclo estão disponíveis no YouTube:

https://www.youtube.com/watch?v=3Qo4P5VYXLY&list=PLQ4UW8rnRFOG9f_oYFCTa08XF8sOJBQOA.

⁸ Ressalto que o termo artivismo acabou sendo abandonado, nas fases posteriores do projeto, porque fomos alertados por colegas do Departamento de História da Arte de que, no campo da arte contemporânea, o adjetivo artista muitas vezes é usado para inferiorizar uma produção acusada de ser mais panfletária do que estética. As lives com os coletivos podem ser visualizadas aqui:

https://www.youtube.com/watch?v=liQ5T17ThB8&list=PLQ4UW8rnRFOE_6gp56GpXMSD2AdHdx_GX.

recorrente de pessoas entre os coletivos e a grande diversidade de áreas de atuação, do teatro à música, passando por gravura, edição, cinema, patrimônio e maracatu. Isso culminou num programa de residências artísticas no Sesc Guarulhos, em que quatro dos coletivos estão propondo oficinas, espetáculos e debates. A parceria com o Sesc viabilizou a contratação de três estudantes da Unifesp para organizar e documentar os processos⁹.

Na terceira fase do projeto com os coletivos culturais, rebatizada de “Resistências e Residências”, a Associação Amigos do Patrimônio e Arquivo Histórico – APPAH, elaborou um roteiro em que os participantes puderam conhecer, a pé, locais de memória e práticas culturais da periferia de Guarulhos. No Museu Comunitário do Jardim Vermelhão, passaram por um campo de futebol de várzea, um terreiro de candomblé, muros grafitados, uma cozinha comunitária, um beco em que ocorreu um massacre de jovens pela polícia, levando a pensar sobre quem define o que é patrimônio e o que costuma ser musealizado. Ao cabo das residências artísticas dos quatro coletivos, serão lançados um ebook e um videodocumentário, ambos em colaboração com coletivos culturais da cidade – editora Ctrl+V e ACING.

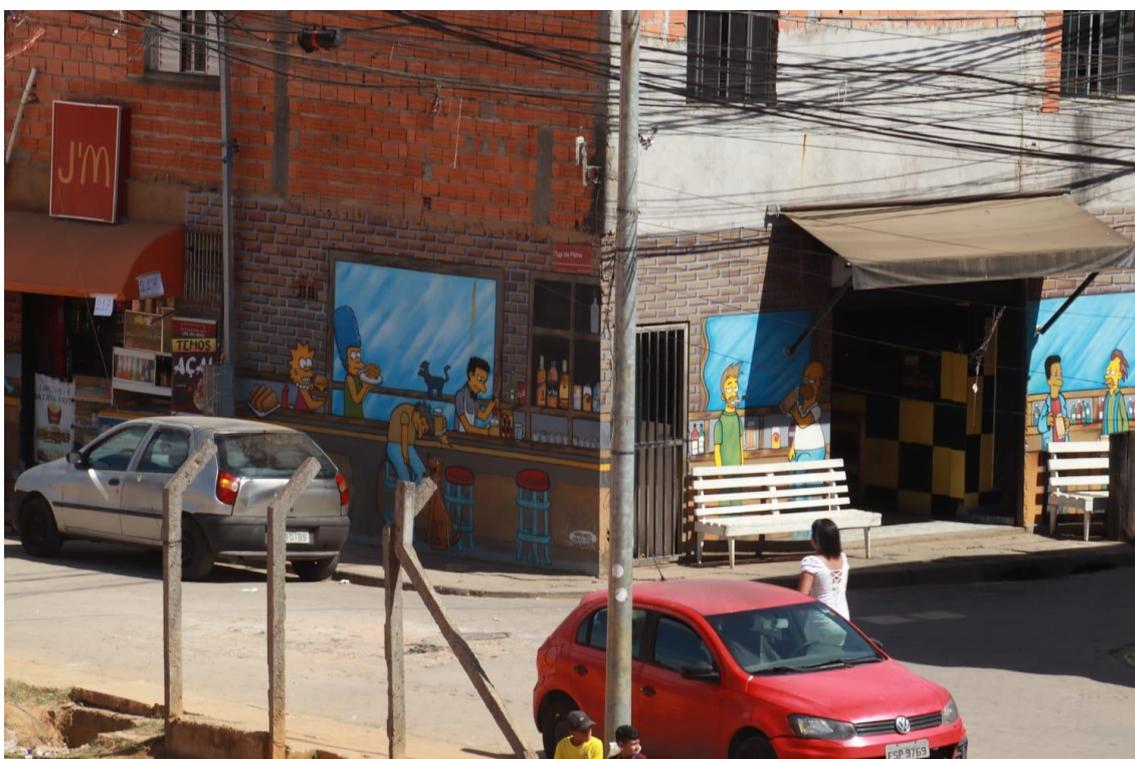


Figura 6. Parte do Museu Comunitário Jardim Vermelhão, em roteiro que integrou o projeto “Resistências e Residências”, 2023. Foto de Ilana Goldstein.

A Cátedra Kaapora foi uma das proponentes da atribuição do título de doutor *honoris causa* ao xamã e líder político Davi Kopenawa, em março de 2023. Foi o primeiro título dessa natureza concedido pela Unifesp e teve grande importância para nós, tanto em razão da luta de Kopenawa contra o garimpo e a favor da floresta, como por ele ter nos ensinado tanto, em *A Queda do Céu* (2015) – por exemplo que a aprendizagem é um processo longo, coletivo, que passa pelo corpo, existe para além da escrita e está ligada aos sonhos. Ainda em 2023, estamos

⁹ Em 2023, a estudante da graduação em História da Arte Bárbara Bretas Lopes, o egresso do mestrado em História da Arte Thiago Tozawa Matias e a egressa da graduação em Serviço Social Camila Stephanie Matos são os produtores-pesquisadores do projeto “Residências e Resistências”. Menciono nesse artigo somente as equipes de 2023, mas, na verdade, muitos projetos da Kaapora contaram com a ajuda valiosa de estudantes bolsistas, que não seria possível listar em virtude do espaço. Registro aqui nosso reconhecimento e sugiro consultar nosso site para conhecer os outros estudantes que já passaram pela Cátedra como parte de sua formação: <https://kaapora.unifesp.br/>.

finalizando um banco de dados com cerca de 800 itens, chamado Soproteca¹⁰, cujo nome vem da dimensão da oralidade na transmissão dos conhecimentos tradicionais e não-hegemônicos. Trata-se de uma seleção de links que remetem a textos e vídeos de mestres indígenas e de matriz afro, normalmente dispersos e difíceis de localizar, mas que, em breve, estarão acessíveis para a pesquisa de professores, estudantes e movimentos sociais.

Por meio de todas essas experiências, esperamos contribuir para que a universidade se torne, ainda que lenta e parcialmente, uma pluriversidade¹¹, capaz de abrigar diferentes epistemes, de realizar trocas horizontais, desconstruir saberes estabilizados e questionar fronteiras disciplinares. Isso é importante, inclusive, para a própria continuidade e legitimidade da Academia. Como alerta Isabelle Stengers (2015), aquilo que entendemos como ciência precisa se abrir e se deixar redefinir por saberes e práticas minoritários, caso contrário, a universidade perderá contato com a realidade plural e reduzirá mesmo sua confiabilidade.

Referências bibliográficas

- ABREU, Regina (2014). Dez anos da Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial: Ressonâncias, apropriações, vigilâncias. E-cadernos CES, 21, Coimbra.
<https://journals.openedition.org/eces/1742?lang=en>.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de (2013). Caipora e outros conflitos ontológicos. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v.5, n.1, jan.-jun., p.7-28.
- BARROS, José Márcio (org.) (2008). *Diversidade Cultural. Da proteção à promoção*. Belo Horizonte: Autêntica.
- BRIGHENT, Clovis Antonio; HERCK, Egon Dionisio (2021). *O Movimento Indígena no Brasil: da Tutela ao Protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: Edunila.
https://portal.unila.edu.br/editora/livros/e-books/movimento_indigena.pdf.
- CARVALHO, José Jorge de; VIANNA, Letícia (2020). O Encontro de Saberes nas universidades. Uma síntese dos dez primeiros anos. *Revista Mundaú* n. 9, p. 23-49.
<https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/11128>.
- CARVALHO, José Jorge de (2022). Cotas étnico-raciais e cotas epistêmicas: bases para uma antropologia antirracista e descolonizadora. *Mana* 28 (3). <https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n3a0402>
- CASCUDO, Câmara (2000). *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Global.
- CASQUEIRO, Maiara Lima; IRFFI, Guilherme; SILVA, Cristiano Costa da (2020). A expansão das Universidades Federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os Indicadores Municipais. *Revista da Avaliação do Ensino Superior* 25 (01) <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100009>
- ESCÓRCIO, Andrea (2021). *Narrativas sobre o curupira: povos originários, folclore e mercantilização da cultura*. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo.
[https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/61867/NARRATIVAS%20SOBRE%](https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/61867/NARRATIVAS%20SOBRE%20O%20CURUPIRA)

¹⁰ Em 2023, o projeto Soproteca contou com a consultoria de Luisa Valentin, antropóloga especialista em acervos, com as bolsistas Andrea D'Amato, Ana Rosa Alves Ferreira, Isabela Rálio, com as voluntárias Cristiane Santana Teixeira, Caroline Nunes Silva e Julia Motta Siscar.

¹¹ Um dos autores que formulou a noção de "pluriversidade" foi Boaventura de Souza Santos, que cito com grande constrangimento, em virtude das atitudes abusivas de que vem sendo acusado. Se recorro a ele é porque a noção, em si, é muito interessante: "As epistemologias do sul – ao privilegiar conhecimentos (sejam eles científicos ou artesanais/práticos/populares/empíricos) que surgem das lutas contra a dominação – são parte dessa transformação epistemológica. Do meu ponto de vista, uma nova, polifônica, universidade (ou melhor, pluriversidade) pode emergir à medida que esta transformação se desenrola (Santos *apud* Guilherme e Dietz, 2015, p. 202).

[200%20CURUPIRA_povos%20origin%C3%A1rios%2C%20folclore%20e%20mercantiliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20cultura_2021.pdf?sequence=1&isAllowed=y](#)

- FERREIRA, Joelson; FELICIO, Erahsto (2021). *Por terra e território. Caminhos da revolução dos povos no Brasil*. Assentamento Terra Vista: Teia dos Povos.
- FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque (2000). Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão. Paper apresentado na 23 *Reunião da Associação Nacional de Pesquisa em Educação – ANPED*. <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF>
- GADOTTI, Moacir (2017). Extensão Universitária: Para quê? *Instituto Paulo Freire*. https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf
- GALVANI, Débora; Macedo, Valéria. (2022) Kaapora. *Espacios de educación superior*. <https://www.espaciosdeeducacionsuperior.es/27/03/2022/kaapora-conocimientos-tradicionales-universidad/>.
- Guilherme, Manuela; Dietz, Gunther. (2015). Da universidade à pluriversidade: Reflexões sobre o presente e o futuro do ensino superior: entrevista com Boaventura de Sousa Santos. *Revista Lusófona de Educação n. 31*, p. 201-212. <https://www.redalyc.org/pdf/349/34944227012.pdf>
- KRENAK, Ailton (2020). *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce (2015). *A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.
- NEVES, Cornélia Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito (2016). Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER et al (orgs.), Tom. *Jovens universitários em um mundo em transformação : uma pesquisa sino-brasileira*. Brasília/Pequim: Ipea/SSAP. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7351/1/Jovens%20universit%C3%A1rios%20em%20um%20mundo%20em%20transforma%C3%A7%C3%A3o_uma%20pesquisa%20sino-brasileira.pdf
- FERREIRA, Joelson; FELICIO, Erahsto (2021). *Por terra e território. Caminhos da revolução dos povos no Brasil*. Assentamento Terra Vista: Teia dos Povos.
- SANTOS, Antônio Bispo (2015). *Colonização, quilombos: modos e significados*. Brasília: INCT de Inclusão / Universidade de Brasília. <https://repi.ufsc.br/node/167>.
- STENGERS, Isabelle (2015). *No Tempo das Catástrofes*. São Paulo: Cosac Naify.
- VENTURA, Tereza (2005). Notas sobre política cultural contemporânea. *Revista Rio de Janeiro, n. 15*. http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_15/15_dossie_tereza_ventura.pdf.